

RAZÃO SOCIAL

PESSOA FÍSICA

**Ação em parceria dará
certidão de nascimento a
Maria do Rosário,
lavradora de 51 anos**

Investimento ou filantropia?

**Como fazer um projeto
social que colabore para
melhorar a vida de
uma comunidade**



Ação em parceria com poder público, privado e sociedade civil dá chance a moradores de tirarem

No Baixo Sul da Bahia, os direitos dos cidadãos

POR AMELIA GONZALEZ*

Enviada especial - Nilo Peçanha, BA

Com alguns papéis amassados dentro de um pequeno saquinho plástico que trazia muito bem fechado por ambas as mãos, a lavradora Maria de Lourdes do Rosário, 51 anos, estava numa fila para tirar a segunda via da certidão de nascimento da filha de 12 anos. É que o documento tinha se esgarçado de tanto uso, explicava para quem quisesse ouvir. Maria queria aproveitar para tirar também um CPF para a menina e fazia questão de mostrar que a garota já tinha carteira de identidade. Tanto empenho em documentar a filha levantou uma suspeita:

— Dona Maria, e os seus documentos? Estão em dia também? — perguntou a repórter.

— Para que eu vou mentir? Não tenho documento nenhum, moça. Tive que doar esta minha filha para uma parente (a cunhada Maria Jedralva da Conceição Nascimento) para que a menina tivesse certidão. É que ela queria muito ir à escola — disse.

Estamos em Nilo Peçanha, um dos 11 municípios que compõem o Baixo Sul da Bahia. Era um domingo chuvoso, dia 22 de outubro, e foi a data escolhida por duas ONGs em parceria com o poder público e a Fundação Odebrecht para dar um banho de cidadania naquela população. Foram espalhadas barraquinhas de apoio em toda a praça e 250 voluntários trabalharam de 8h às 17h, mesmo com chuva, para atender aos pedidos.

Nilo Peçanha tem 14 mil habitantes, só 20% morando em área urbana. Tem um IDH (Índice de desenvolvimento humano) de 0,5 — considerado médio — e sua economia é à base de pesca e lavoura. O nome do evento é DIS Ci-

dadão, cuja proposta é ajudar o povo local a resgatar documentos, fazer exame médico, ter atendimento dentário, fazer avaliação física, ter noções de estética e fazer contato com algum bom evento cultural da região. Ou seja, um bom dia para Maria de Lourdes finalmente dar os primeiros passos para se tornar uma cidadã brasileira.

Logo ali no meio da praça, na baraca de apoio judiciário, estavam as advogadas Giza Guerra e Thiara Caroline, que procuraram orientar Maria. Há alguns obstáculos para que ela consiga o documento. O principal deles é que os pais não estão mais vivos. E depois... será que ela sabe direitinho o dia e local de seu nascimento?

— Sei muito bem! Minha mãe me dizia. Nasci no dia 24 de dezembro lá em

Mussuri, no Alagoas. Vim para cá tem uns 17 anos com meu marido Cícero. Ele tem documento, eu não — disse.

Como não nasceu na Bahia, Maria precisará arranjar testemunhas de que vive no local onde mora há muito tempo. E a data de nascimento terá que ser mesmo aquela que ela tem na memória.

— Tudo bem, eu arranjo, tenho bons vizinhos, gente amiga — disse ela, quase aflita de tão feliz. — Eu quero esse documento porque assim vou poder me tratar no SUS (Sistema Único de Saúde).

Mas não é só para isso. Maria precisa se registrar também para dar vida civil às três outras meninas e um garoto que pôs no mundo. Se tiver força de vontade e paciência, irá a Taperoá, município vizinho, num dia de semana, e tudo se arranjará. Em quanto tempo?



ENTRE AS AÇÕES tinha também atendimento dentário para quem precisasse



— O prazo é o juiz quem dá. Mas eles costumam dar prioridade às reivindicações do DIS Cidadão — explica Tiara Magalhães.

O DIS Cidadão é um projeto feito em parceria. Estão trabalhando em conjunto o governo do estado da Bahia, a Associação de Municípios do Baixo Sul, a Fundação Odebrecht, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul, o Instituto Direito e Cidadania (IDC).

Se para Maria o banho de cidadania vai lhe dar chance de ter um registro, outros tantos tiveram a oportunidade de tirar carteira de trabalho. A segunda via era paga — R\$ 19,00 — mas, mesmo assim, muita gente entrou na fila para tirar.

— Estudei até a quinta série mas nunca tive oportunidade de tirar carteira de trabalho. Moro com um pedreiro de 36 anos, ele me sustenta mas

documentos e receberem serviços de saúde



Fotos de Almir Bindilatti

A PRAÇA de Nilo Peçanha: ação mobilizou toda a cidade

eu queria muito arrumar um trabalho — disse Auria de Jesus Santos, de 22 anos.

Reunidos num canto da praça, seis ou sete adolescentes estavam na mesma situação. Felizes porque teriam a chance de tirar documentos importantes, como carteira de identidade e carteira de trabalho, mas com uma certa desesperança. Afinal, sem emprego, para que tanto registro?

— O pior é que a gente nem consegue aprender a mexer com computador, porque a nossa escola tem máquinas que não funcionam — disseram.

Diretor executivo do Idis, Marcelo Oliveira Walter reconhece que a ação pode ser inútil para uns por enquanto, mas afirma que os jovens da cidade serão contemplados, dentro em breve, com uma das ações da Fundação Odebrecht:

— A nossa intenção é gerar traba-

lho e renda e temos os jovens como foco principal — garante.

Para os jovens que moram no campo, na verdade a grande maioria ali no Baixo Sul, já existem as Casas Familiares, um projeto também feito em parceria que ajuda a formar e dá emprego aos adolescentes da área. Para os que ainda não chegaram nessa fase, as crianças, o evento de domingo reservou uma atração regional bem lúdica e disputada: a Zambiapunga. Trata-se de um folguedo de mascarados multicoloridos, com capacetes em forma de cone e calças enfeitadas com papel de seda franjado que usam instrumentos musicais inusitados: enxadas, búzios, caixas e cuicas. Normalmente o grupo se apresenta na cidade ao alvorecer do dia 1 de novembro.

*Amélia Gonzalez

vaijou a convite da Fundação Odebrecht



AURIA DE JESUS SANTOS, 22 anos, põe a impressão digital na futura carteira de trabalho

Pesquisa fez retrato da região antes das ações

A primeira providência da Fundação Odebrecht quando resolveu fazer ações sociais no Baixo Sul da Bahia foi procurar uma pesquisa que pudesse mostrar um retrato verdadeiro das reais necessidades da região. Segundo Marta Castro, coordenadora de Comunicação da Fundação, quando o presidente Norberto Odebrecht assumiu, ele passou uma borracha na maioria dos projetos que estavam sendo feitos pela instituição e deu uma ordem: era preciso criar um foco nos jovens. Além disso, passou a prestar atenção naquele local ermo depois que comprou ali uma fazenda.

— Ele se apaixonou pelo Baixo Sul e decidiu que ajudaria a gerar trabalho e renda nos povoados — disse Marta.

A pesquisa, realizada em 2004, mostrou que os 11 municípios que fazem parte do Baixo Sul da Bahia mostraram que em 1991 a taxa de analfabetismo na população de 10 anos a mais era de 52%, porcentagem que baixou para 32% em 2000. Uma falha, no entanto, continua deixando toda a população, de 259.191 habitantes absolutamente excluída de outro tipo de alfabeti-

zação, a digital. Em 2001 não havia um único estabelecimento infantil (creches e pré-escolas) em toda a região do Baixo Sul que tivesse acesso à internet, à televisão ou a vídeo. No ensino fundamental, o município de Valença, com mais de 78 mil habitantes, quebra um pouco essa total indigência: lá há 4 estabelecimentos de ensino com acesso à internet.

No setor da saúde, como não podia deixar de ser, há outras falhas importantes. Segundo a pesquisa que norteou as ações da Fundação Odebrecht, em 2001 havia 1,2 médicos para cada mil habitantes em toda a região. Mas, pelo que se observa, há algum interesse por parte do governo federal para reparar esse gap. Os recursos destinados à saúde, que eram de R\$ 33.249 em 1998, passaram a R\$ 680.336,00 em 2002.

Com todo este quadro, e mais aqueles que mostram um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) apenas na média, os especialistas que realizaram a pesquisa fizeram algumas propostas. A contratação de profissionais com nível superior para a rede de ensino está entre eles. E o maior investimento na alfabetização de adultos é outra preocupação para que não se perpetuem casos como o da lavradora Maria do Rosário que, infelizmente, não era a única pessoa que precisava usar a impressão digital como assinatura no dia marcado para virar uma cidadã:

— Eu não sei ler não, moça. Mas a minha filha, sabe — disse ela.